



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DE SÃO PAULO

## **RELATÓRIO**

**ATUAÇÃO DOS CENTROS DE ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR EM 2016**

**ASSESSORIA TÉCNICA PSICOSSOCIAL**

**São Paulo**

**2017**



## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	3
1 - QUADRO ATUAL DE VAGAS DE ASSISTENTES SOCIAIS E PSICÓLOGAS/OS NA DPESP .....	4
2 - CASOS NOVOS ENCAMINHADOS AOS CAMs .....	5
3 - ORIGEM DOS ENCAMINHAMENTOS AOS CAMs.....	6
4 - POSSÍVEL NATUREZA JUDICIAL DAS DEMANDAS ENCAMINHADAS AOS CAMs .....	8
5 - PRINCIPAIS DEMANDAS DOS CASOS ATENDIDOS PELOS CAMs .....	9
6 - ATUAÇÃO EM COMPOSIÇÕES EXTRAJUDICIAIS DE CONFLITOS.....	10
7 - RESULTADO DAS COMPOSIÇÕES EXTRAJUDICIAIS DE CONFLITOS .....	12
8 - RELAÇÃO ENTRE AS PESSOAS ATENDIDAS PELOS CAMS EM COMPOSIÇÕES EXTRAJUDICIAIS DE CONFLITOS .....	12
9 - PROCEDIMENTOS REALIZADOS PELAS EQUIPES CAM.....	13
10 - OUTRAS AÇÕES DOS CAMS .....	15
10.1 - Ações de Mapeamento e Articulação com a Rede.....	15
10.2 - Atividades de Educação em Direitos e de Formação .....	16
10.3 - Atuação em Ações Coletivas.....	17
10.4 - Articulações Internas Realizadas pelos CAMs .....	17
11 - CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	18



## **RELATÓRIO SOBRE A ATUAÇÃO DOS CENTROS DE ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR EM 2016**

### **APRESENTAÇÃO**

De acordo com a Deliberação CSDP nº 187/2010, a Assessoria Técnica Psicossocial (ATP) tem, dentre suas atribuições, a função de assessorar a Defensoria Pública-Geral nas questões relativas ao Serviço Social e à Psicologia. Além disso, deve regulamentar os procedimentos técnicos relacionados às referidas áreas do conhecimento, coletar e analisar dados atinentes à atuação dos Centros de Atendimento Multidisciplinar (CAMs) para subsidiar propostas de políticas de atendimento, bem como elaborar relatório sobre as atividades desenvolvidas pelo CAM, com vistas à qualificação contínua do trabalho, encaminhando-o à Defensoria Pública-Geral.

Tendo sob perspectiva as atribuições citadas acima, apresentamos o presente Relatório, que versa sobre o trabalho desenvolvido pelas equipes dos CAMs das Regionais e Unidades da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPESP) em 2016, com base nos registros informatizados extraídos<sup>1</sup> de sistema específico para uso do CAM - "SISCAM"<sup>2</sup> - e do DOL. Apresentamos, também, informações advindas dos Relatórios Qualitativos Bimestrais<sup>3</sup>, nos quais constam outras atividades desenvolvidas pelas/os assistentes sociais e psicólogas/os da DPESP.

Antes de passarmos à exposição dos dados, ponderamos que a atuação de profissionais do Serviço Social e da Psicologia na Defensoria de São Paulo contribui para a efetivação de sua função institucional, que se configura na prestação de assistência jurídica integral e gratuita. Deste modo, podemos oferecer atenção especializada a demandas complexas como transtorno mental, uso problemático de drogas, violência doméstica e outros tipos de violência, vulnerabilidades sociais e conflitos familiares, buscando, sobretudo, vias extrajudiciais para a garantia de direitos da população usuária.

---

<sup>1</sup> Dados extraídos do DOL, pela Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CTI), em 23/12/2016, e do SISCAM, pela ATP, em 17/01/2017. Salientamos que, neste Relatório, não serão apresentados dados referentes à atuação dos CAMs dos Núcleos, pois ainda estamos implantando sistemática de comunicação à ATP acerca das atividades desenvolvidas nos Núcleos Especializados.

<sup>2</sup> O SISCAM foi desenvolvido em 2013 para uso provisório até a implantação do Módulo CAM no Sistema Defensoria On-Line (DOL).

<sup>3</sup> Tais relatórios são enviados bimestralmente, pelas equipes CAM, à ATP.



De maneira breve, podemos citar as principais atividades desenvolvidas pelo CAM nesses praticamente sete anos de atuação interdisciplinar na Instituição:

- Atendimento social e/ou psicológico, com a possibilidade de intervenção em conflitos;
- Produção de documentos técnicos (como estudos, laudos e pareceres) e registro das intervenções;
- Mapeamento e articulação com a rede de serviços;
- Ações de educação em direitos e de formação.

Acreditamos que a atuação interdisciplinar de assistentes sociais e psicólogos/os<sup>4</sup>, em conjunto com defensoras/es públicas/os, nas Regionais/Unidades, Núcleos e Administração Superior da DPESP, amplia o sentido de justiça e potencializa as estratégias para seu acesso.

Segue o relatório.

## **1 - QUADRO ATUAL DE VAGAS DE ASSISTENTES SOCIAIS E PSICÓLOGAS/OS NA DPESP**

<b>QUADRO ATUAL DE VAGAS DE ASSISTENTES SOCIAIS E PSICÓLOGAS/OS NA DPESP - 2016</b>			
<b>Situação da Vaga/ Profissão</b>	<b>Assistente Social</b>	<b>Psicóloga/o</b>	<b>Total</b>
Vagas Ocupadas	53	51	104
Vagas em Aberto - Exonerações	4	12	16
Vagas em Aberto - Nunca Providas	13	9	22
<b>Total de Vagas</b>	<b>70</b>	<b>72</b>	<b>142</b>

Podemos observar que 27% dos cargos de assistentes sociais e psicólogos/os do CAM estão vagos. Destes, 42% são derivadas de exonerações de profissionais, ocorridas nos três últimos anos, sem reposição<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> Cabe aqui o destaque para o importante trabalho especializado desenvolvido na Instituição também por profissionais de outras formações, como: sociólogas/os, arquiteta, administradoras/es, contador, entre outras.

<sup>5</sup> O primeiro concurso para o ingresso de assistentes sociais e psicólogos/os na DPESP foi realizado em 2010 e teve vigência até março de 2014. As vagas em aberto, seja por nunca terem sido providas, seja por exoneração após a expiração do certame, não puderam ser preenchidas. Em 2015, houve a realização do segundo concurso, sendo que, até o momento, não houve chamamento das/os aprovadas/os.

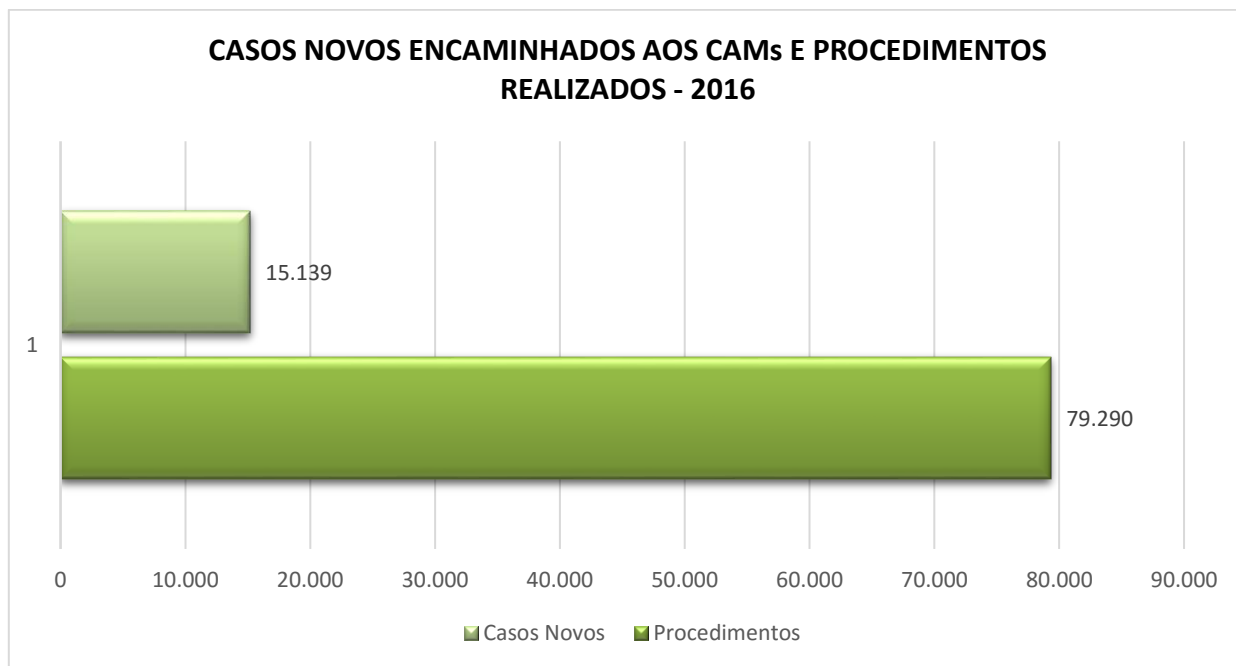


## 2 - CASOS NOVOS ENCAMINHADOS AOS CAMs

CASOS NOVOS ENCAMINHADOS AOS CAMs - 2016	
Sistema de Registro	Número de Casos
SISCAM	14.168
DOL	971
<b>Total</b>	<b>15.139</b>

Em 2016, os CAMs acolheram 15.139 casos novos, encaminhados, em sua maioria, pelas/os defensoras/es das Regionais e Unidades.

Os casos novos correspondem a demandas dirigidas aos CAMs, as quais ainda não estavam sendo acompanhadas pelo Setor. Cada caso novo geralmente demanda diversos procedimentos técnicos, como outros atendimentos, encaminhamentos, elaboração de relatórios, etc., conforme podemos observar no gráfico abaixo:



Analisando os dados acima representados, identificamos que foram realizados 79.290 procedimentos técnicos em 2016. Se calcularmos a média, temos 5 intervenções para cada nova demanda que chega ao CAM.



### 3 - ORIGEM DOS ENCAMINHAMENTOS AOS CAMs

A tabela abaixo<sup>6</sup> nos mostra que 62% das demandas para o CAM advêm dos atendimentos iniciais: “Triagem”, “Polo” e “2º Atendimento”. O segundo maior demandante dos CAMs é o chamado “Retorno de Banca”<sup>7</sup>, representando 30% dos encaminhamentos que aportam nos referidos Centros de Atendimento.

ORIGEM DOS ENCAMINHAMENTOS AOS CAMs - 2016		
Origem	Número de Casos	%
Triagem (incluindo Polos e 2º Atendimento Capital)	8.772	62%
Retorno de Banca	4.186	30%
Sem Informação	508	4%
Rede	425	3%
JVD	190	1%
Núcleo Especializado	25	0%
CAM de outra Unidade ou Regional	24	0%
Ouvidoria	22	0%
Audiência de Custódia	16	0%
<b>Total</b>	<b>14.168</b>	<b>100%</b>

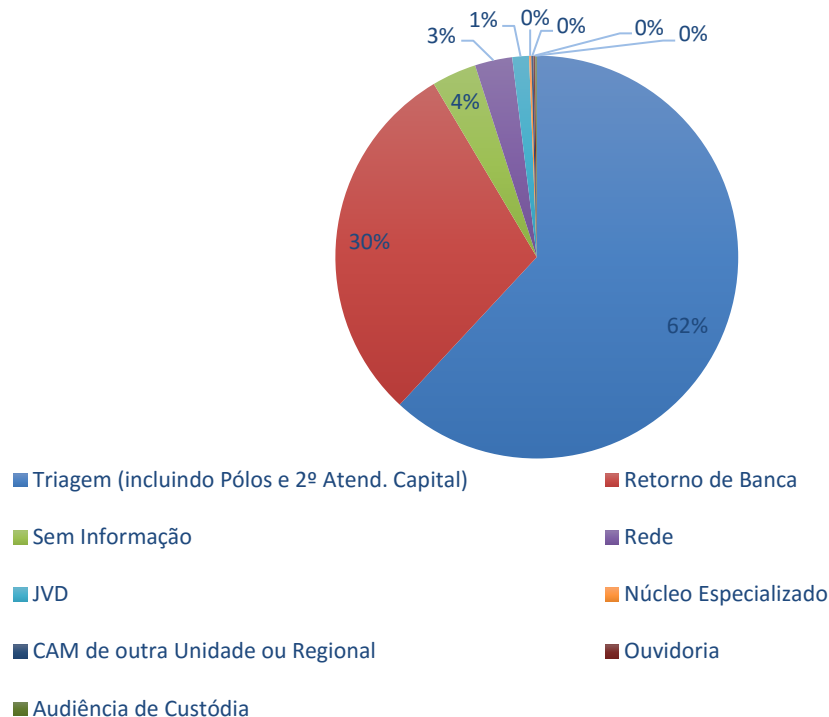
De outra forma ilustrados, seguem os mesmos dados no gráfico abaixo:

<sup>6</sup> Estes dados referem-se apenas aos registros realizados no SISCAM, pois não há este campo para preenchimento no DOL.

<sup>7</sup> Os casos identificados como “Retorno de Banca” são aqueles que já foram distribuídos a uma/um determinada/o defensora/r e que, em sua maioria, já estão vinculados a um processo judicial.



### ORIGEM DOS ENCAMINHAMENTOS AO CAM - 2016



Podemos observar que o CAM tem atuado, de maneira expressiva, na esfera extrajudicial ou pré-processual – 62% dos encaminhamentos tem origem nas Triagens, o que demonstra potencial para resolutividade dos casos sem necessidade de judicialização.

Além disso, os casos oriundos do “Retorno de Banca” (30%) sugerem o incremento da atuação na fase processual e a possibilidade do trabalho na produção de documentos técnicos como laudos, pareceres e relatórios.

Outro ponto que nos chama atenção é a necessidade de fortalecer o trabalho com os Juizados de Violência Doméstica (JVDs) e nas Audiências de Custódia, em que pesem serem estas áreas de atuação recentes para a Defensoria como um todo.

Por fim, outro aspecto importante a ser observado é a articulação do CAM com a rede de serviços, que significa tanto um canal de evasão para os casos e, possivelmente, de garantia de direitos, quanto uma porta de entrada qualificada, demonstrando aproximação fundamental da Instituição com os equipamentos executores das políticas públicas.



#### 4 - POSSÍVEL NATUREZA JUDICIAL DAS DEMANDAS ENCAMINHADAS AOS CAMs

POSSÍVEL NATUREZA JUDICIAL DAS DEMANDAS ENCAMINHADAS AOS CAMs - 2016 <sup>8</sup>		
Natureza	Número de Casos	%
Família	6.556	46%
Cível	2.635	19%
Sem Ação Judicial Viável	2.087	15%
Fazenda Pública	975	7%
Infância e Juventude - Cível	774	5%
Criminal	774	5%
Infância e Juventude - Infracional	367	3%
<b>Total</b>	<b>14.168</b>	<b>100%</b>

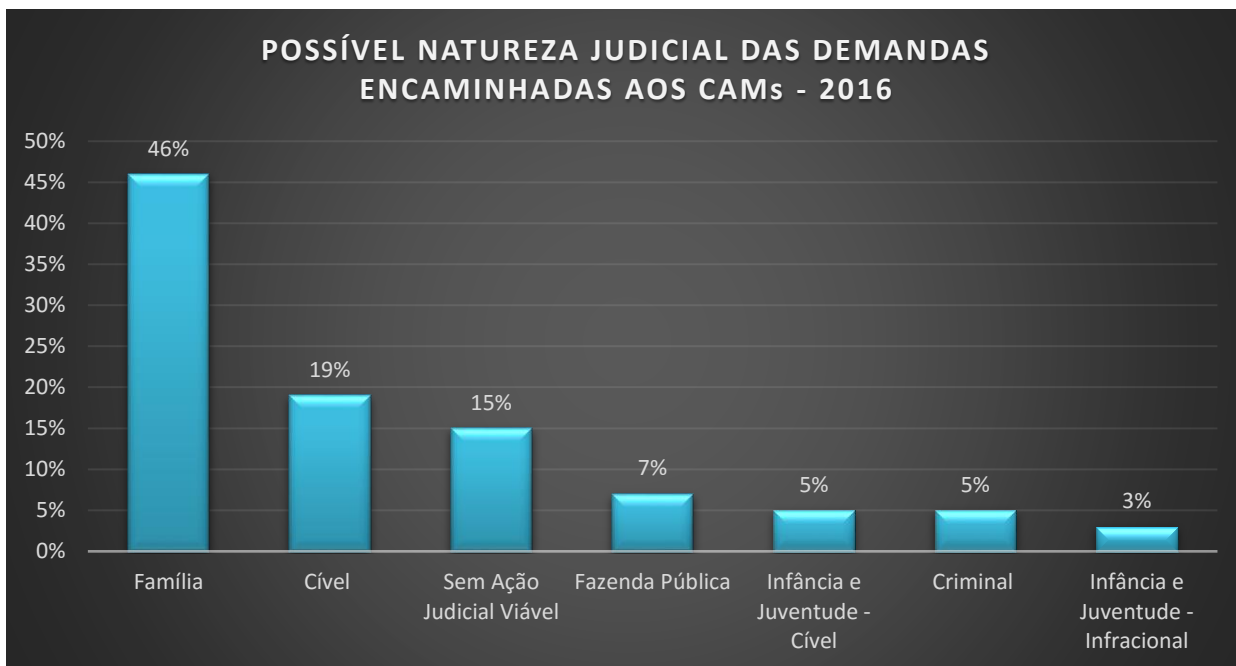
A área da Família representa quase 50% das demandas que chegam ao CAM, ou seja, as equipes atenderam 6.556 casos identificados como de natureza judicial “Família”, seguida da área “Cível”, com 19% (2.635 casos).

Outra informação relevante diz respeito às demandas “Sem Ação Judicial Viável”, que perfazem 15% do total de acionamentos do CAM. Isto nos mostra que, apesar de não trazer à DPESP um problema circunscrito necessariamente à área judicial, a população reclama direitos que podem ser garantidos em outras esferas e de outras maneiras, como é o caso das interlocuções e parcerias com Secretarias/Órgãos Estaduais e Municipais, das composições extrajudiciais de conflitos e dos encaminhamentos para a rede de serviços. Cabe ressaltar que, sem o apoio técnico do Serviço Social e da Psicologia, tais demandas - “Sem Ação Judicial Viável” - possivelmente não teriam sido conduzidas de maneira especializada pela DPESP.

Os dados da tabela estão ilustrados no gráfico abaixo:

---

<sup>8</sup> Estes dados referem-se apenas aos registros realizados no SISCAM, pois não há este campo para preenchimento no DOL.



## 5 - PRINCIPAIS DEMANDAS DOS CASOS ATENDIDOS PELOS CAMs

A próxima tabela traz as principais demandas dos casos atendidos pelos CAMs<sup>9</sup>.

DEMANDA PRINCIPAL DOS CASOS ACOLHIDOS PELOS CAMs - 2016		
Tipo de Demanda	Número de Casos	%
Conflito Familiar e Composição Extrajudicial de Conflitos	5.670	36%
Saúde Mental - Uso Problemático de Drogas	1.241	8%
Outros	1.054	7%
Guarda	1.022	6%
Violência/ Negligência - Mulher	733	5%
Assistência Social e Benefícios Socioassistenciais	720	5%
Sem Informação	705	4%
Saúde Mental - Transtorno Mental	649	4%
Saúde	638	4%
Habitação	557	4%
Saúde Mental - Suporte Psicológico/Emocional	476	3%

<sup>9</sup> Pontuamos que os dados apresentados a seguir têm informação diversa no que se refere ao número total de casos, o que se deu em decorrência da possibilidade de indicação de mais de uma demanda para cada caso novo no DOL. Já no SISCAM, é possível a enumeração de apenas uma demanda principal, sendo as demais classificadas como demandas associadas.



Situação de Rua	397	3%
Acolhimento Institucional (SAICA)	347	2%
Violência/ Negligência - Criança e Adolescente	297	2%
Orientação Social	249	2%
Trabalho e Capacitação Profissional	173	1%
Violência/ Negligência - Idosa/o	168	1%
Curatela	153	1%
Pessoa com Deficiência	124	1%
Educação	107	1%
Sem Demanda CAM	102	1%
Negativa de Atendimento por Órgão Público	46	0%
Ameaça de Morte	45	0%
Direitos LGBTI	41	0%
Violência/ Negligência - Pessoa com Deficiência	35	0%
Denúncia de Violência Institucional	18	0%
Quebra de Medida Socioeducativa	15	0%
<b>Total</b>	<b>15.782</b>	<b>100%</b>

Observamos que a maior demanda dos CAMs (36%) se refere a intervenções em situações de Conflito Familiar, tendo como uma das ferramentas de atuação as estratégias de Composição Extrajudicial de Conflitos. Em seguida, aparecem as temáticas: Saúde Mental - Uso Problemático de Drogas; Guarda; Violência/ Negligência – Mulher e Assistência Social e Benefícios Socioassistenciais, como demandas principais mais recorrentes.

Notamos que a demanda intitulada como “Outros” tem sido bastante utilizada, o que denota a importância de qualificarmos os sistemas de dados. A ATP tem buscado a melhoria dos registros das atividades CAM, tanto na construção e implementação do Relatório Qualitativo Bimestral, quanto em proposições ao Módulo CAM do DOL.

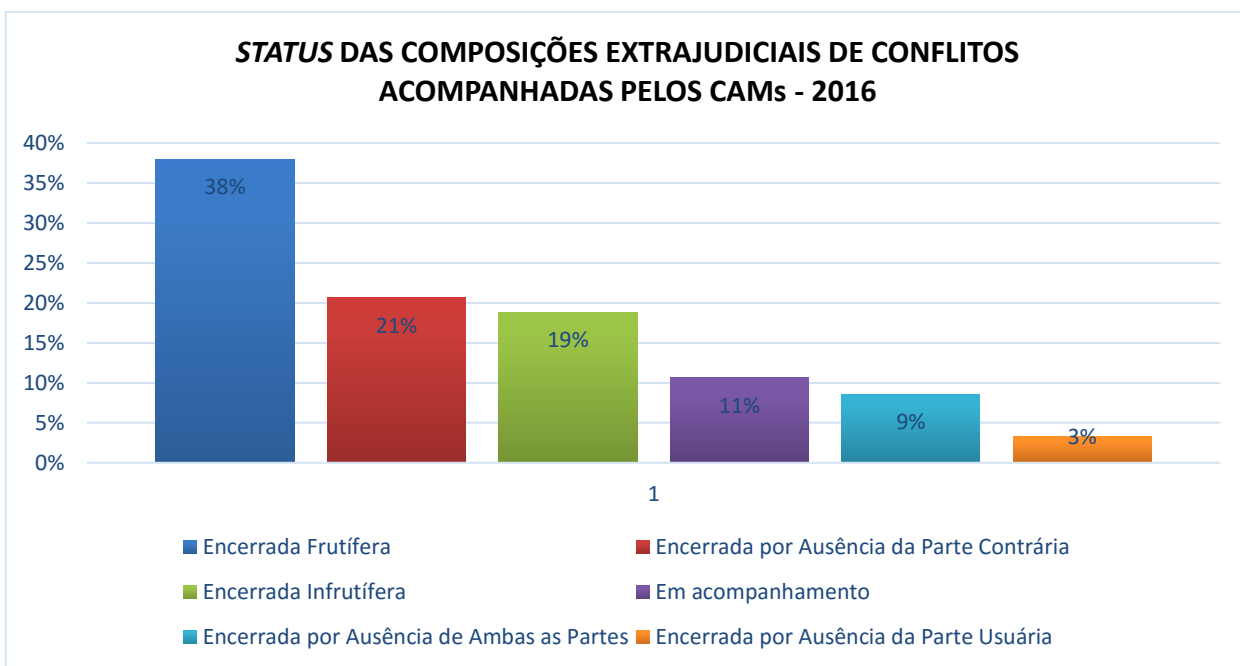
## 6 - ATUAÇÃO EM COMPOSIÇÕES EXTRAJUDICIAIS DE CONFLITOS

No item anterior, vimos que os Conflitos Familiares e as Composições Extrajudiciais de Conflitos apareceram como maior demanda para o CAM. Na tabela e gráfico abaixo, podemos conhecer o *status* das composições acompanhadas pelas equipes e o desfecho dos casos que chegam com essa demanda<sup>10</sup>:

<sup>10</sup> Estes dados referem-se apenas aos registros contidos no SISCAM.



<b>STATUS DAS COMPOSIÇÕES EXTRAJUDICIAIS DE CONFLITOS ACOMPANHADAS PELOS CAMs - 2016</b>		
<b>Status</b>	<b>Número de Casos</b>	<b>%</b>
Encerrada Frutífera	1.250	38%
Encerrada por Ausência da Parte Contrária	679	21%
Encerrada Infrutífera	620	19%
Em acompanhamento	349	11%
Encerrada por Ausência de Ambas as Partes	283	9%
Encerrada por Ausência da Parte Usuária	108	3%
<b>Total</b>	<b>3.289</b>	<b>100%</b>



Após análise dos dados, compreendemos que 38% das atuações do CAM em Composições Extrajudiciais de Conflitos se encerram de maneira frutífera, com acordo entre as partes. Apenas 19% das Composições tem desfecho infrutífero após tentativa de acordo.

O alto índice de não comparecimento chama a atenção neste item. Somando-se as ausências (parte contrária, parte usuária e ambas as partes), temos 33% de encerramento dos casos sem possibilidade de tentativa de acordo.

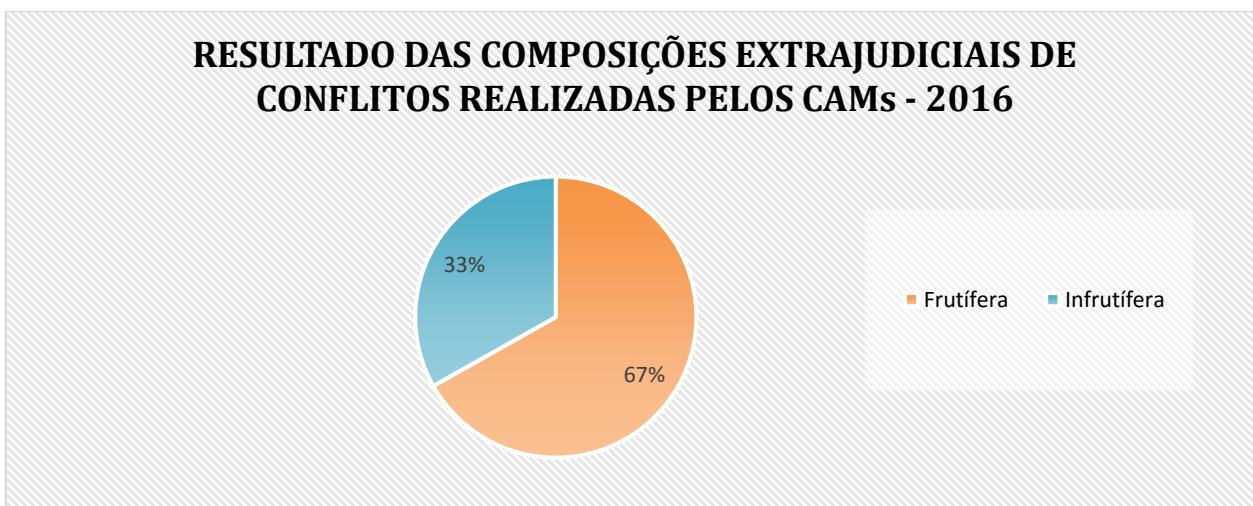
Destacamos que 11% dos casos permanecem em acompanhamento pelas equipes dos CAMs, demandando possíveis novas intervenções e cuidado em seu manejo.



## 7 - RESULTADO DAS COMPOSIÇÕES EXTRAJUDICIAIS DE CONFLITOS

Analisando apenas os casos em que foi possível reunir as pessoas envolvidas nas situações de conflito (1.870), tivemos 67% de sucesso nas Composições Extrajudiciais de Conflitos realizadas pelos CAMs, como podemos ver na tabela e gráfico a seguir:

<b>RESULTADO DAS COMPOSIÇÕES EXTRAJUDICIAIS DE CONFLITOS REALIZADAS PELOS CAMs - 2016</b>		
<b>Resultado</b>	<b>Número de Casos</b>	<b>%</b>
Frutífera	1.250	67%
Infrutífera	620	33%
<b>Total</b>	<b>1.870</b>	<b>100%</b>



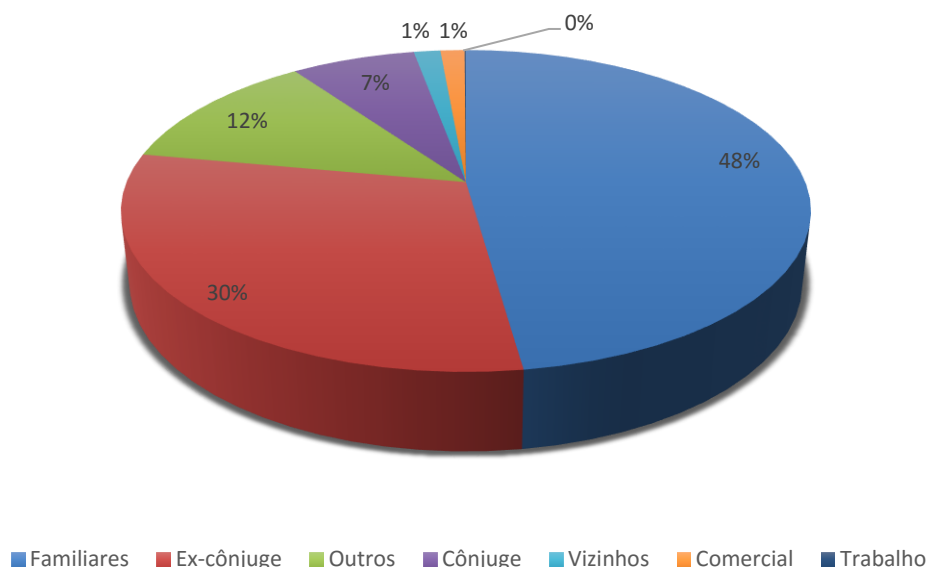
Este resultado reafirma a importância da atuação de diferentes disciplinas no tratamento adequado das demandas que ancoram na Defensoria, mostrando o potencial do trabalho interdisciplinar e extrajudicial na Instituição.

## 8 - RELAÇÃO ENTRE AS PESSOAS ATENDIDAS PELOS CAMs EM COMPOSIÇÕES EXTRAJUDICIAIS DE CONFLITOS

No próximo gráfico, temos os dados referentes à relação entre as pessoas atendidas pelos CAMs em Composições Extrajudiciais de Conflitos:



**RELAÇÃO ENTRE AS PESSOAS ATENDIDAS PELOS CAMs EM COMPOSIÇÕES EXTRAJUDICIAIS DE CONFLITOS - 2016**



Aqui, temos a informação de que as Composições têm sido mais utilizadas em contexto de relação familiar e/ou de continuidade, sendo estas responsáveis por aproximadamente 86% (somando Familiares, Ex-cônjuge, Cônjuge, Vizinhos e Trabalho) dos casos.

## 9 - PROCEDIMENTOS REALIZADOS PELAS EQUIPES CAM

Além das Composições Extrajudiciais de Conflitos, existem outras ferramentas técnicas que conseguem dar respostas eficazes aos problemas apresentados pela população e com potencial de garantia de direitos.

PROCEDIMENTOS TÉCNICOS REALIZADOS PELO CAM - 2016	
Tipo de Procedimento	Quantidade
Atendimento Psicossocial	16.707
Contato Telefônico	13.812
Contato e Discussão de Caso com a Rede	11.089
Registro-Informação/Declaração	5.483



Discussão de Caso com Defensor	5.046
Encaminhamento - Outro	4.321
Conciliação/Mediação	4.105
Entrevista	3.914
Registro-Relatório	2.874
Contato com Familiares e/ou Terceiros	2.526
Encaminhamento - Saúde	1.759
Estudo dos Autos	1.338
Orientação Terminativa	1.153
Encaminhamento - Assistência Social	1.118
Encaminhamento - Atendimento Jurídico DPE	750
Discussão de Caso c/ Outros Profissionais da DPESP	711
Visita Domiciliar	362
Encaminhamento - Proteção à Mulher	312
Visita Institucional	210
Registro-Parecer	190
Encaminhamento - Advogado Conveniado ou Dativo	188
Encaminhamento - Habitação	174
Estudo Bibliográfico	157
Encaminhamento - Educação	156
Participação em Audiência	146
Encaminhamento - Trabalho/Capacitação Profissional	136
Encaminhamento - CEJUSC	81
Encaminhamento - Conselho Tutelar	78
Registro-Laudos	71
PPCAAM	57
Encaminhamento - TJ, MP ou DPU	55
Encaminhamento - CAM (outra Unidade)	46
Encaminhamento - Política para Egressos	44
Encaminhamento - Previdência Social	43
Encaminhamento - Delegacia	38
Registro-Formulação de Quesitos	36
Encaminhamento - Cultura/Esporte/Lazer	4
<b>Total</b>	<b>79.290</b>

Destacamos, em cinza, os cinco procedimentos mais utilizados no manejo dos casos, quais sejam: Atendimento Psicossocial, Contato Telefônico, Contato e Discussão de Caso com a Rede, Registro-Informação/Declaração e Discussão de Caso com Defensor. Além disso, avistamos que as Políticas mais acionadas são a Saúde e a Assistência Social, com 1.759 e 1.118 encaminhamentos técnicos, respectivamente.



## 10 - OUTRAS AÇÕES DOS CAMS

Além das atividades já apresentadas, relacionadas à atuação dos CAMs em casos individuais, estas/es profissionais desenvolvem outras ações, de caráter coletivo, tais como: projetos de educação em direitos, eventos de formação e capacitação e interlocuções intersetoriais mais amplas<sup>11</sup>.

### 10.1 - Ações de Mapeamento e Articulação com a Rede

Trata-se da interlocução intersetorial com a rede de serviços e políticas públicas dos territórios, como, por exemplo, Saúde, Assistência Social, Habitação e Educação, visando a garantia e ampliação dos direitos das/os usuárias/os. São exemplos deste eixo de atuação a realização de visitas institucionais e de reuniões intersetoriais, nas quais são discutidos fluxos de encaminhamento, construção de projetos coletivos, esclarecimento sobre papéis institucionais, possibilidades de atuação integrada, etc.

Vejamos, na próxima tabela, com quais políticas públicas e temáticas específicas os CAMs se articularam em 2016:

<b>MAPEAMENTO E ARTICULAÇÃO DE REDE REALIZADOS PELOS CAMs - 2016</b>		
<b>Temática/ Área</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Infância e Juventude	709	34%
Intersetorial	287	14%
Saúde Mental	239	12%
Assistência Social	178	9%
Saúde Mental- AD	157	8%
Outras	138	7%
Mulher	124	6%
Saúde	98	5%
Pessoa com Deficiência	63	3%
Pessoa Idosa	56	3%

<sup>11</sup> O registro e contabilização dessas atividades só foi possível após criação de instrumental próprio pela ATP (Relatório Qualitativo Bimestral) em 2014. Desde então, temos um panorama mais adequado da atuação das/os profissionais do Serviço Social e da Psicologia na DPESP.



Habitação	27	1%
<b>Total</b>	<b>2.076</b>	<b>100%</b>

De acordo com a tabela acima, podemos observar que a rede de serviços e políticas relacionadas à Infância e Juventude foi a mais trabalhada pelos CAMs. Em segundo lugar, temos a articulação intersetorial, que envolve temáticas transversais, seguida do trabalho com os serviços de Saúde Mental e da Assistência Social, do mesmo modo que ocorreu em 2014 e 2015.

## 10.2 - Atividades de Educação em Direitos e de Formação

Este eixo contém duas dimensões da atuação. A primeira delas refere-se à realização de seminários, palestras, rodas de conversa ou outros eventos que podem ser voltados tanto à população atendida pela DPESP, quanto às/aos profissionais da rede de serviços, visando orientar as pessoas sobre seus direitos e o papel da Defensoria Pública. Além disso, propicia espaços de conhecimento e compartilhamento de experiências na perspectiva da garantia de direitos e acesso à Justiça. A segunda dimensão - Formação - refere-se a capacitações continuadas, voltadas à qualificação das/os profissionais da DPESP, nas quais as/os técnicas/os podem participar, tanto na perspectiva de ouvinte, quanto como colaboradora/r, organizadora/r, mediadora/r de debates ou palestrante.

Abaixo, encontramos dados acerca destas atividades realizadas pelos CAMs no último ano.

<b>ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS E DE FORMAÇÃO REALIZADAS PELOS CAMs - 2016</b>		
<b>Tipo de Atividade e de Participação</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Supervisão de Estagiários	918	42%
Participação em Curso/Evento/ Capacitação como Ouvinte	612	28%
Palestrante para Público Externo	226	10%
Palestrante para Público Interno	121	6%
Organização de Atividade para Público Externo	105	5%
Outros	70	3%
Elaboração de Projeto	50	2%
Organização de Atividade para Público Interno	44	2%
Participação em Projeto	40	2%
<b>Total</b>	<b>2.186</b>	<b>100%</b>



Percebemos que o CAM tem atuado de forma expressiva na supervisão de estagiárias/os em suas Unidades, o que demonstra uma importante preocupação com a qualidade dos serviços oferecidos pelo Setor e, conseqüentemente, pela Instituição. As supervisões de campo são espaços privilegiados para que a/o estudante aprofunde o conhecimento da realidade institucional e exercite a problematização teórico-metodológica, além de ser utilizada para discussão dos casos mais complexos acompanhados pelas equipes. Para a DPESP, o estágio também representa uma forma de interlocução com a Universidade.

### 10.3 - Atuação em Ações Coletivas

O CAM também tem potencial técnico para atuação, em conjunto com as/os defensoras/es públicas/os, em ações coletivas. Vejamos, a seguir, como foi o trabalho das/os assistentes sociais e psicólogas/os nesta perspectiva em 2016:

ATUAÇÃO DOS CAMs EM AÇÕES COLETIVAS - 2016		
Tema/ Política	Quantidade	%
Habitação	21	31%
Assistência Social	16	24%
Outras	14	21%
Saúde Mental	4	6%
Mulher	3	4%
Saúde	3	4%
Infância e Juventude	2	3%
Intersetorial	2	3%
Saúde Mental- AD	2	3%
Pessoa com Deficiência	1	1%
Pessoa Idosa	0	0%
<b>Total</b>	<b>68</b>	<b>100%</b>

Num universo de 68 ações coletivas em que há envolvimento das equipes CAM, as temáticas relacionadas à Habitação e à Assistência Social são as que mais reivindicaram intervenção conjunta das disciplinas do Direito, do Serviço Social e da Psicologia – 21% e 16%, respectivamente.

### 10.4 - Articulações Internas Realizadas pelos CAMs



Outras ações realizadas pelas equipes CAM, a fim de promover o acompanhamento de casos sensíveis são as reuniões de equipe e/ou com outras/os profissionais da Defensoria. Os plantões e atuações extraordinárias, bem como os grupos de trabalho, também são atividades desenvolvidas pelos CAMs. De acordo com a tabela abaixo, observamos que as equipes realizaram 634 reuniões internas e 117 plantões e participaram de 51 grupos de trabalho.

<b>ARTICULAÇÕES INTERNAS REALIZADAS PELOS CAMs – 2016</b>		
<b>Tipo de Atuação</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Reunião de Equipe e/ou com Outros Profissionais da Defensoria	634	75%
Plantões e Atuações Extraordinárias	117	14%
Grupo de Trabalho	51	6%
Outras	39	5%
<b>Total</b>	<b>841</b>	<b>100%</b>

## **11 - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Face ao exposto, concluímos que o trabalho realizado pelos Centros de Atendimento Multidisciplinar nas Regionais e Unidades apresenta resultados satisfatórios, tendo registrado significativo aumento em algumas de suas principais atividades, como é caso dos atendimentos sociais e psicológicos que em 2015 totalizou 13.785<sup>12</sup> e, em 2016, 16.707 (pág. 13).

Outro aspecto a ser ressaltado é a consolidação e sustentação dos resultados das Composições Extrajudiciais de Conflitos. Em 2014, tivemos resultado frutífero em 64% das Composições realizadas pelos CAMs. Já em 2015, foram 67% e, no último ano (2016), novamente 67% de resultados positivos com a celebração de acordo entre as pessoas envolvidas em conflitos.

A produção de documentos e manifestações realizadas por assistentes sociais e psicólogas/os, seja para reforçar a atuação das/os defensoras/es em processos judiciais, seja para encaminhar usuária/o à rede de serviços, também robustece tecnicamente as atuações e contribui para a efetividade da assistência jurídica integral. Um exemplo da riqueza e dos resultados dessa frente de trabalho que vem se ampliando, pode ser percebido na matéria

---

<sup>12</sup> Para outras informações acerca da atuação dos CAMs em 2014 e 2015, acesse relatório através do link: <https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/Repositorio/0/Documentos/Atua%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Centros%20de%20Atendimento%20Multidisciplinar%202014-2015.pdf>



veiculada no dia 25/02/2016 pela DPESP, intitulada “Decisão obtida pela Defensoria Pública reverte perda de poder familiar por falta de indicação de curador especial”:

“O trabalho do CAM, com laudos fundamentados, foi essencial para o convencimento do Juízo, uma vez que na área da infância as alegações de nulidades processuais desacompanhadas da prova da situação atual da família são muitas vezes desconsideradas pela Justiça, que se baseia apenas nos estudos desatualizados realizados nos autos da ação de acolhimento”, afirmou a Defensora Máira Tasso. (Extrato da matéria veiculada no “Clipping da Defensoria”, no dia 25/02/2016)

Este modelo integral e interdisciplinar tem sido referência no cenário nacional, trazendo à baila a importância da prestação da assistência jurídica não apenas no âmbito judicial, sendo este um diferencial da Defensoria paulista.

Ademais, o atual contexto político, em que são vivenciados retrocessos, sobretudo nas políticas sociais e na garantia de direitos básicos do público alvo da Defensoria, pode trazer consigo o aumento de nossa demanda. Seguramente, estes pleitos estarão permeados, ainda mais, por situações de extrema vulnerabilidade social e graves impactos na saúde mental da população. Desta forma, um quadro de profissionais com formação técnica especializada se faz imprescindível no enfrentamento qualificado destas questões.

Por fim, entendemos que a atuação interdisciplinar na Defensoria Pública do Estado de São Paulo e o trabalho das/os profissionais do Serviço Social e da Psicologia devem ser fortalecidos e continuamente qualificados, em prol da população usuária da Instituição.

São Paulo, 19 de janeiro de 2017.

***Assessoria Técnica Psicossocial***

**Lidiane Almeida Dias**  
Assistente Social  
CRESS 39.740

**Melina Machado Miranda**  
Assistente Social  
CRESS 36.651

**Paula Rosana Cavalcante**  
Psicóloga  
CRP 06/81.724